



**ACÓRDÃO Nº766/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11633/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Esporte e Lazer - FEEL
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Roberto Augusto Tapajós Folhadela (Ordenador de Despesa), Janaina Chagas Câmara (Ordenador de Despesa), Manoel Francisco Ribeiro de Almeida (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Eugênio Augusto Carvalho Seelig OAB/AM nº 8.625
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1258/2023-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Esporte e Lazer - FEEL. Exercício de 2018.

*Regularidade. Irregularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Esporte e Lazer – FEEL, sob a responsabilidade da **Sra. Janaina Chagas Câmara**, gestora no período de 01/01/2018 a 06/04/2018, nos termos do art. 22, inciso I, da Lei nº 2423/96, dando-lhe quitação com fulcro no art. 23 também da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Esporte e Lazer – FEEL, sob a responsabilidade do **Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida**, gestor no período de 06/04/2018 a 31/12/2018, nos termos do art. 22, inciso III, “b” da Lei nº 2423/96;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida**, gestor do FEEL no período de 06/04/2018 a 31/12/2018, no valor total de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), pela restrição 06 do Relatório Conclusivo n. 24/2023 – DICAD



**ACÓRDÃO Nº766/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(fls. 294/313), visto a remessa extemporânea ao TCE dos demonstrativos mensais de janeiro a dezembro/2018, elencado neste Relatório/Voto, correspondente a **R\$ 1.706,80** por cada competência atrasada, com base no art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10.3.1.** Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa ao Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida**, gestor do FEEL no período de 06/04/2018 a 31/12/2018, no valor total de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), pelas restrições 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 do Relatório Conclusivo n. 24/2023 – DICAD (fls. 294/313) 13, por grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de acordo com o art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM.

**10.4.1.** Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio



**ACÓRDÃO Nº766/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Dar ciência** do decisório prolatado nestes à **Sra. Janaína Chagas** Câmara, gestora do FEEL no período de 01/01/2018 a 06/04/2018 e do **Sr. Manoel Francisco Ribeiro de Almeida**, gestor no período de 06/04/2018 a 31/12/2018.

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Maio de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição